

## • Política

### EMENDA DA CONSTITUINTE

# Substitutivo Giavarina começa a ser votado hoje no Congresso

por Carlo Iberê de Freitas  
de Brasília

O Congresso Nacional reúne-se a partir das 10 horas de hoje para votar o substitutivo de autoria do deputado Walmor Giavarina (PMDB-PR) à emenda do governo que convoca a Assembleia Nacional Constituinte. Ontem, o dia no Congresso foi marcado por intensas discussões sobre a ampliação da anistia aos militares cassados pelo movimento de 1964.

Cerca de cem militares cassados em 1964 pediram a ampliação da anistia, fazendo gestões junto aos parlamentares para que o Congresso incluísse, no substitutivo de Giavarina, uma emenda do deputado Jorge Uequed (PMDB-RS) que possibilita a anistia aos punidos por atos administrativos. Esta hipótese não é desejada pelo governo, pois, segundo o deputado Pimenta da Veiga, líder do governo na Câmara, "os punidos por atos administrativos não podem ser anistiados coletivamente, porque isto produziria anistia política para punidos por outras razões".

#### DECISÃO DO GOVERNO

Pimenta da Veiga salienta que "é uma decisão de governo a anistia ampla, geral e irrestrita apenas para crimes políticos". Os militares reclamam, também, o direito de recorrer

rem à Justiça contra as punições a eles aplicadas. Os cassados não podem recorrer porque o artigo 181 da Constituição proíbe a Justiça de pronunciar-se sobre medidas provocadas por atos institucionais e/ou leis complementares usados para cassações.

"Todos nós, deputados e senadores, temos um compromisso maior neste momento: demonstrar ao País e ao mundo que teremos uma Assembleia Nacional Constituinte." A frase é do presidente da Câmara, deputado Ulysses Guimarães, que salientou, ainda, em Porto Velho, seu empenho em contatar todos os deputados e senadores que se encontram em viagem aos seus estados ou mesmo ao exterior para que estejam em Brasília, hoje e amanhã, para examinar e deliberar sobre a convocação da Assembleia Nacional Constituinte, informa a Agência Globo.

Pimenta da Veiga acredita que a votação será "tranquila" e que o partido terá "ganhos políticos porque resgatamos a bandeira da Constituinte e da anistia". Para o deputado, a atual anistia "complementa a de 1979". Sobre Constituinte exclusiva, o líder do governo acha a tese "purista, um detalhe acadêmico que não tem nada a ver com a realidade brasileira. Nesta Constituinte, para

meu gosto só está faltando a comissão mista (para cuidar das leis ordinárias)", conclui Pimenta da Veiga. O deputado lamentou, também, que o relator Flávio Bierrenbach não seguiu a posição do partido e descumpriu os acordos entre as lideranças, tendo de ser substituído.

#### SUSTO

Para aumentar ainda mais a polêmica, o deputado Humberto Souto (PFL-MG) anunciava que "muitos parlamentares mudaram de opinião dentro do partido (Frente Liberal) e vão tentar aprovar a Constituinte exclusiva". Ao comunicar sua decisão ao líder do PDS, Prisco Viana, Humberto Souto provocou um pequeno susto no deputado pedessista, que exclamou: "Esta é uma conversa para termos sentados" (os parlamentares encontraram-se no Salão Verde do Congresso).

O PMDB, o PFL e o PDS têm juntos 435 deputados e 67 senadores e um acordo de votar a convocação da Constituinte nos termos da emenda do governo. São necessários 320 deputados e 46 senadores para aprovar uma emenda, o que parece garantir a aprovação. Entretanto, alguns deputados do PMDB anunciam que não votam com o partido. Ontem, o deputado Hermes Zanetti (PMDB-RS)

pediu, inclusive, para seu nome ser retirado do substitutivo Giavarina.

Aproveitando a denúncia, o deputado José Genoino (PT-SP) e o deputado Elquisson Soares (PDT-BA) alegaram crime de "falsidade ideológica", requerendo à Mesa que o substitutivo fosse enviado à Comissão de Constituição e Justiça, o que inviabilizaria a votação ainda nesta semana. Os deputados alegaram, ainda, que três deputados — Roberto Cardoso (SP), João Agripino (PB) e Raimundo Asfora (PB) —, todos do PMDB, tinha assinado o substitutivo Giavarina apenas "como apoio". Isto deixaria o substitutivo sem o número mínimo de assinaturas exigido. O pedido chegou a ser deferido pelo presidente da Mesa, senador Martins Filho, que logo voltou atrás.

ANC 88  
Pasta 10/85-2  
066/1985